CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 010/2020

1

2

3

4

5

6 7

8 9

1011

1213

1415

1617

18 19

20

21

2223

2425

2627

28 29

30 31

32

33

34

35

36

Ata da Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Santos -CMAS, realizada no dia 15 de setembro de 2020, via plataforma online SKYPE, com a presença de conselheiros e convidados e o Secretário Executivo do conselho Sr. Leandro Lapetina Freire. Iniciando a assembleia em segunda chamada as 09h10, Sr. Rodrigo Salvador Lachi, presidente do CMAS, deseja um bom dia a todos. Dando sequência, Sr. Rodrigo pede que a Secretaria Executiva faça a chamada nominal dos conselheiros para registro de presença. Sr. Rodrigo informa sobre a presença de representante da Vigilância Epidemiológica, da Secretaria de Saúde, que trará um panorama da pandemia no município, a pedido da Diretoria Executiva, e pede que assim que o mesmo adentre a reunião, possamos dar a palavra ao mesmo. Na sequência passa-se a pauta do dia. 1. Apreciação e Deliberação da Ata da Assembleia Geral Ordinária de 18 de agosto de 2020: Sr. Rodrigo informa que a ata foi disponibilizada a todos os conselheiros via e-mail questiona se há necessidade de leitura. Não havendo manifestação a mesma é colocada em votação e aprovada. Passa-se para o próximo item de pauta. 2. Apreciação e Deliberação sobre o processo de revalidação da inscrição de ofertas de Organizações Sociais: Sr. Rodrigo informa que todos os processos passaram pela comissão de política com parecer favorável a revalidação, assim como houve a análise técnica pela Secretaria Executiva também com parecer favorável. Pede que o Sr. Leandro faça breve relato sobre as ofertas. Sr. Leandro inicia pela Análise do processo de solicitação de <u>REVALIDAÇÃO</u> da inscrição da oferta da Organização Social – AÇÃO DE RECUPERAÇÃO SOCIAL - ARS: Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas: Tem por foco a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais de pessoas com deficiência e idosas. Tem por objetivo ainda: prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais; prevenir confinamento de idosos e/ou pessoas com deficiência; identificar situações de dependência; colaborar com redes inclusivas no território; prevenir o acolhimento institucional de pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas com vistas a promover a sua inclusão social; desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos das pessoas com deficiência e pessoas idosas, de suas famílias e da comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social e oferecer possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo a participação cidadã. A meta de atendimento é de 50 (cinquenta) usuários, beneficiários do BPC - Benefício de Prestação Continuada, famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e famílias em acompanhamento PAIF no CRAS. A equipe é composta por 01 psicólogo e 01 assistente social. Presentes na reunião, a Sra. Roseli, assistente social da organização e Sra. Janaina, psicóloga complementam as informações. Sra. Marilda questiona se há convenio entre a Organização Social e a SEDS e como o serviço ocorreu devido à pandemia? Sra. Janaína informa que não há convenio com a SEDS e o serviço se desenvolveu de forma remota. No momento há 07 famílias sendo acompanhadas. Sra. Raquel questiona se o serviço recebe

encaminhamentos de entidades e serviços, e qual território de referência? Sra. Janaína informa que o território de referência é o do CRAS Alemoa e os encaminhamentos são feitos pelo CRAS Alemoa, visto se tratar de um serviço complementar ao PAIF. Sr. Rodrigo questiona se há mais dúvidas a serem sanadas sobre a revalidação da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Na sequência Sr. Leandro apresenta a Análise do processo de solicitação de REVALIDAÇÃO da inscrição da oferta da Organização Social - Associação dos Portadores de Deficiência Mental - NAPNE: Tem por foco promover apoio a pessoa com deficiência intelectual no processo de empregabilidade e permanência no mundo do trabalho. Fortalecer a autonomia, minimizar danos oriundos do isolamento social e da discriminação. Promover o desenvolvimento global do aluno e o enfrentamento e superação das barreiras atitudinais, sociais, culturais, econômicas, arquitetônicas e tecnológicas, contribuindo para o empoderamento, independência e protagonismo das pessoas com deficiência intelectual. Visa atender esses objetivos por meio das atividades: Atendimento / orientações individuais e familiares levantamentos do perfil vocacional, habilidades e interesses do jovem ou adulto com deficiência intelectual considerando a classificação internacional de funcionalidade - CIF; Avaliação de apoios necessários, traçando os objetivos individuais, encaminhando para participar das oficinas de capacitação e treinamento na própria instituição ou instituições ou cursos parceiros; Atendimentos em grupo para trabalhar temas relacionados a autoconhecimento, identidade, funções sociais, cidadania, criticidade, projeto de vida, escolhas, responsabilidades, direitos e deveres, comunicação e empoderamento; Atividades externas como a participação dos alunos em palestras e minicursos; Ação nas empresas por meio de contatos via telefone, e-mails, visitas e reuniões para verificar a possibilidade de parceria e inserção dos alunos nas vagas disponíveis pela mesma. Ações previstas ao momento do contrato de trabalho: Análise da função / avaliação de apoios necessários e adequação de mobiliário / avaliação de aspectos da organização de trabalho; Sensibilização das empresas: realização de atividades de reflexão junto aos funcionários das empresas parceiras abordando o tema da inclusão no mundo do trabalho. Assessoria, orientação e informação à empresa sobre as necessidades de apoio do trabalhador, inclusive sobre os processos de adaptação do posto de trabalho, sobre a acessibilidade e sobre a tecnologia assistiva, quando sejam detectadas estas necessidades. Ações no posto de trabalho: Apoio técnico ao trabalhador, e formação ou treinamento no próprio local de trabalho nas atividades próprias do posto de trabalho, quando seja detectada essa necessidade; Orientação e assessoria ao empregador e aos funcionários da empresa que tenham responsabilidades gerenciais para com o trabalhador ou compartilhem atividades com ele; Apoio ao trabalhador no desenvolvimento das habilidades sócio laboral e comunitário, de forma que possa se relacionar no entorno laboral nas melhores condições. A meta de atendimento é de 30 indivíduos dentre jovens e adultos com deficiência intelectual, interessados em ingressar no mundo do trabalho e/ou receber apoio nesse processo. A equipe é composta por 01 fonoaudióloga (coordenadora técnica); 01 assistente social; 02 psicólogos; 01 fisioterapeuta e 02 instrutores. Presente na reunião a Sra. Cristiana, assistente social da organização complementa as informações, apontando que hoje há 23 atendidos, sendo 07 inseridos no mercado de trabalho que continuam em acompanhamento. Sra. Marilda questiona a idade e como são encaminhados? Sra. Cristina informa que a porta de entrada pode ser os encaminhados podem ser pela SEDUC ou demanda espontânea. A idade de inserção é de a partir

3738

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

5051

5253

54

55

5657

5859

60 61

62

63

6465

6667

68 69

70 71

72 73

74

75

76 77

de 16 anos de idade, que é o início da idade laboral, sendo feita a análise vocacional e não tem idade limite para participação, desde que seja possível a sua inserção no mercado de trabalho. Sr. Rodrigo questiona se há mais dúvidas a serem sanadas sobre a revalidação da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Na sequência Sr. Leandro apresenta a Análise do processo de solicitação de REVALIDAÇÃO da inscrição da Organização Social – LAR ESPÍRITA MENSAGEIROS DA LUZ: Serviço de Acolhimento Institucional - Modalidade Abrigo: Tem por foco assistir gratuitamente pessoas com paralisia cerebral de ambos os sexos, principalmente menores, abrigando-os e atendendo-os material, moral e espiritualmente, desde que identificados em ambiente ou situação de miserabilidade evidente, ou em estado de necessidade. Visa garantir proteção integral e a continuidade do trabalho desenvolvido junto aos acolhidos e seus familiares, favorecendo o restabelecimento do vínculo familiar, e ainda, contribuir para o desenvolvimento de potencialidades e autonomia, visando à qualidade de vida. Tem por objetivo também realizar o acompanhamento e garantir o envolvimento das famílias a partir de ações conjuntas, visando a manutenção dos vínculos familiares e o acesso à rede de serviços; promover ações através de intervenções adequadas por equipe multidisciplinar, no que se refere à saúde reabilitação e inserção social; garantir acesso aos serviços básicos e especializados disponíveis pela rede pública do município e do estado; fomentar espaço de discussão e capacitação dos profissionais envolvidos direta e indiretamente no trabalho com os acolhidos. A meta de atendimento é de 30 (sessenta) acolhidos, com paralisia cerebral, encaminhados por serviços socioassistenciais, após a identificação de ocorrência de violações de direitos. A equipe é composta por 01 psicólogo, 01 assistente social, 01 nutricionista, 01 enfermeira, 01 fonoaudiólogo, 03 fisioterapeutas e 01 Terapeuta Ocupacional. Presente na reunião a Sra. Janaína, psicóloga da organização complementa as informações. Sra. Bárbara questiona quantas crianças e adolescentes sem paralisia cerebral estão acolhidas neste ano? Sra. Janaína esclarece que nenhuma. Hoje contam com 25 acolhidos, sendo 05 crianças e 20 adultos. Sra. Marilda questiona quanto tempo podem permanecer no serviço e qual a pessoa com mais tempo acolhida e qual há com menos tempo? Sra. Janaína esclarece que a mais recente é uma idosa que foi acolhida em outubro e a pessoa com mais tempo acolhida está há 50 anos. O objetivo do trabalho é o desacolhimento, mas o histórico dos mais antigos, por falta de referencia familiar, acaba sendo a moradia definitiva o acolhimento. O que se faz é a articulação com os serviços para se garantir o acesso a todos os direitos. Sra. Marilda questiona se houve algum caso de COVID-19? Sra. Janaína informa que houve 03 casos assintomáticos e foi feito o isolamento recomendado. E cerca de 10 funcionários ficaram afastados por terem sido infectados. Sra. Raquel questiona se já houve algum caso de adoção? Sra. Janaína informa que a cerca de 1 ano e meio tramita um processo de adoção junto a Vara da Infância. Sr. Rodrigo questiona se há mais dúvidas a serem sanadas sobre a revalidação da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Na sequência Sr. Leandro apresenta a Análise do processo de solicitação de *REVALIDAÇÃO* da oferta da Organização Social – ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E EDUCADORES DE AUTISTAS: Tem por objetivo geral romper com as diversas barreiras que obstruem a participação plena e efetiva das pessoas com transtorno do espectro autista - TEA na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Visa a capacitação político-cidadã para familiares, cuidadores para o exercício da cidadania ativa e defesa de direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, enfrentamento da desigualdade social, defesa de

79 80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

9293

9495

96 97

98 99

100101

102103

104

105

106107

108109

110111

112113

114115

116117

118119

direitos, articulação com órgãos públicos, fortalecimento da organização, autonomia e protagonismo da pessoa. A equipe é composta por 01 psicólogo; 01 assistente social. Todas as atividades são exercidas por meio das seguintes ações: Grupo de famílias, falando sobre a parceria dos cuidadores e escola; Atividades com as mães; Venda de produtos feitos pelos alunos. Projeto "Familiares Cuidadores". Entendemos que a proposta do Plano de Ação, assim como de outras já analisadas, não difere da atuação já desenvolvida pela proposta de Habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência. Acreditamos que se faça necessário esclarecer a Organização Social quanto às formas de atuação. Todavia, não inviabiliza a revalidação, se assim aprovada, aqui analisada como pertinente. Presente na reunião a Sra. Renata, assistente social da Organização, complementa as informações. Relata que há 70 alunos matriculados na escola, contudo o projeto foca o atendimento as famílias em situação de vulnerabilidade, que são a maioria, cerca de 60 famílias. Relata que dentre as ações são convidados profissionais para dialogar com as famílias para troca de experiências. São ofertadas oficinas e encaminhamentos para possível inserção no mercado de trabalho e articulação com a rede de serviços. Sra. Marilda questiona sobre a idade dos atendidos? Sra. Renata que no grupo há famílias que tem crianças a partir de 06 de idade e há adultos com até 46 anos de idade. Atualmente a oferta está suspensa, mas estão sendo feitas ações remotas, por vídeo chamada semanalmente, com cerca de 03 a 04 famílias por chamada. Sr. Luiz Galvão questiona se existe alguma iniciativa das Organizações Sociais que possuem esse público que precisa ser encaminhado para inserção no mercado de trabalho com outras Organizações Sociais também inscritas no Conselho? Sr. Rodrigo aponta que quando as Organizações Sociais apresentam o plano de ação para o ano em exercício, elas podem inserir essas informações. Sr. Rodrigo questiona se há mais dúvidas a serem sanadas sobre a revalidação da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Na sequência Sr. Leandro apresenta a Análise do processo de solicitação de <u>REVALIDAÇÃO</u> da inscrição da oferta da Organização Social - PIA SOCIEDADE DOS MISSIONÁRIOS DE SÃO CARLOS - STELLA MARIS SANTOS: A solicitação em tela está embasada por meio da Resolução Normativa CNAS N.º 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social. De acordo com a Matriz de Caracterização, atende a atividade: 5 - Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através de distintas formas de ação e reivindicação na esfera política e no contexto da sociedade, inclusive por meio da articulação com órgãos públicos e privados de defesa de direitos. Tem por foco realizar atendimento aos marinheiros, suas famílias, migrantes e gentes do mar (pescadores) brasileiras ou estrangeiras em situação de vulnerabilidade ou em risco pessoal e social. Tem por objetivo ainda ampliar o acesso a proteção social do público atendido; reconhecer os níveis de vulnerabilidade do público atendido e atuar na defesa e garantia de direitos dos atendidos. Para alcanças os objetivos desenvolvem as seguintes atividades: abordagem social nos navios de carga, de passageiros e em terra; atendimentos em grupo discutindo temas sobre direitos humanos e sociais, questões de gênero, etnias e xenofobismo seja presencial ou pelas mídias sociais; apoio às famílias dos marinheiros; sensibilização dos agentes de navios e equipe de saúde; atividades interativas, culturais e esportivas; café com diálogo e intercâmbio de livros, jornais e revistas. Tem como público alvo: marítimos, gentes do mar e migrantes (brasileiros e estrangeiros) em situação de vulnerabilidade ou risco pessoal e social, na faixa etária acima dos 18 anos de idade. A meta de atendimento é de 60 (sessenta) indivíduos,

121 122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134135

136137

138139

140

141

142143

144

145146

147

148149

150151

152

153

154

155

156157

158159

160161

mas há uma capacidade de atendimento de até 80 pessoas. A equipe é composta por 01 (hum) assistente social, 01 (hum) administrativo e 01 (hum) atendente com formação em psicologia. Presente na reunião a Sra. Marilene, assistente social da Organização Social complementa as informações. Relata que atendem também os pescadores no terminal pesqueiro. Informa que a Organização Social tem livre acesso a área do porto e estão em Santos a cerca de 49 anos. Fizeram ações de apoio aos pescadores no período da pandemia, atendendo cerca de 70 pescadores, na distribuição de cestas básicas. Sra. Aurora aponta a necessidade de atenção e cuidado aos pescadores da região. Santos tem uma vila de pescadores na Ponta da Praia. Existe alguma ação com essa demanda, pois em época de defeso tem-se o auxílio devido a esse período e há a questão deste auxílio sofrer alterações. Qual ação então é voltada para esses pescadores? Sra. Marilene informa que sim. As ações ocorrem no terminal pesqueiro público. Fazem ações de acompanhamento visando o acesso a direitos, como no caso dos auxílios. Cita o exemplo das dificuldades que os pescadores passaram com a fabrica de gelo que estava quebrado, no pesqueiro público. Estão acompanhando de forma sistemática para identificar as demandas. Sr. Rodrigo aponta que quando as Organizações Sociais apresentam o plano de ação para o ano em exercício, elas podem inserir essas informações. Sr. Rodrigo questiona se há mais dúvidas a serem sanadas sobre a revalidação da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Na sequência Sr. Leandro apresenta a Análise do processo de solicitação de revalidação de INSCRIÇÃO da oferta da Organização Social – Centro de Aprendizagem e Mobilização Profissional e Social - CAMPS: Tem por foco prevenir situação de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, destinados a adolescente com idade entre 15 a 24 anos e seus familiares, através de serviço socioassistencial, inclusão e integração ao mundo do trabalho. Seu objetivo principal é a promoção social através da formação social, da educação e da prática de aprendizagem profissional, de acordo com a Lei n.º 10.097/2000. Para tal desenvolve suas ações por meio de programa e projetos: Projeto Avante para o Futuro – Avançar – Curso: que visa de forma consistente a formação humano-profissional, possibilitando, através da empregabilidade, a construção de um cidadão participativo parta a sociedade. O público alvo são jovens de 15 a 24 anos de idade, residentes de Santos, vulneráveis socioeconomicamente, participantes do processo de inscrição. A meta de atendimento é de 900 jovens. A metodologia consiste em 101 dias letivos, onde são ministrados módulos de capacitação que, de forma consistente, inclusiva e participativa, minimizam as distâncias existentes entre sua situação atual e a formação humana-profissional, possibilitando a empregabilidade. No final do curso é oportunizado o ingresso na aprendizagem metódica profissional. Em atenção ao Decreto n.º 8.740/2016, que prioriza jovens em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, são destinadas 27 vagas para encaminhamentos pela rede socioassistencial. Programa Avante para o Futuro Prática - 2ª Etapa - Integração ao Mercado de Trabalho: Apresenta 07 vértices de aprendizagem profissional habilitados, sendo eles: Aprendizagem em Rotinas Administrativas; Aprendizagem em Logística; Aprendizagem em Auxiliar de Logística – in company; Aprendizagem em Auxiliar Administrativo - in company; Aprendizagem em Comércio e Varejo; Aprendiz em Logística Portuária e Aprendiz Tecnologia da Informação. Objetiva, aos jovens vinculados ao Programa Avante para o Futuro – Avançar – Curso, o desenvolvimento da aprendizagem profissional, junto às empresas parceiras. A meta de atendimento é de 900 jovens. A duração

163164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176 177

178179

180 181

182183

184

185186

187

188 189

190 191

192193

194195

196

197

198199

200

201

202203

desta fase é entre 11 e 15 meses, de acordo com o arco ocupacional no qual o jovem for vinculado. A carga horária é de 30h semanais, sendo 24h parte prática e 06h parte teórica no CAMPS. A meta de atendimento é de 900 jovens. A equipe é composta por 02 assistentes sociais (sendo uma supervisora); 02 psicólogas; coordenadora de projetos; educadores e orientadores sociais. Presente na reunião a Sra. Beatriz, assistente social da Organização Social complementa as informações. Relata que em 2020 formaram 450 jovens e não haverá mais turma neste ano devido à pandemia. No momento há 600 jovens para serem encaminhados para as empresas parceiras e 626 inseridos no mercado de trabalho como jovem aprendiz. Aponta que houve uma redução de empresas parceiras que hoje são 150. Sr. Rodrigo lembra a questão da moção de repúdio que foi aprovada na XIII Conferência Municipal de Assistência Social, o que não afeta a oferta do serviço. No final do ano passado foi feita uma reunião entre a Organização Social e o CMAS para discutir essa questão é a questão do CEBAS da Organização. Sra. Beatriz informa que em relação ao CEBAS não tem maiores informações, mas poderá se interar e trazer essa informação ao Conselho. Sr. Rodrigo informa que o Conselho irá encaminhar ofício a Organização Social para que haja uma resposta formal e os devidos encaminhamentos. Sra. Marilda questiona se sobre a moção houve alguma devolutiva? Sr. Rodrigo informa que a Organização Social foi notificada. Sra. Mayara relata que é importante falar do assunto, pois o diálogo sobre as dificuldades com o CAMPS e os serviços é constante. O que aconteceu na pré-conferência não foi uma ação isolada. Necessário discutir com a Organização Social como ele vem desenvolvendo suas ações na Assistência Social. Lembra que foi uma reunião difícil na época, e que a Organização Social não via possibilidade de rever suas posturas é importante retomar. Sr. Rodrigo questiona se há mais dúvidas a serem sanadas sobre a revalidação da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Na sequência, tendo em vista a chegada do Sr. Alex, representante da vigilância epidemiológica, passa-se a palavra ao mesmo para que apresente panorama da pandemia no município. Sr. Alex informa que se observa uma melhora em relação à pandemia no município, na data de hoje chegamos a 18.989 pessoas positivas para COVID-19. Aponta que é importante deixar claro que esse dado é desde o início da pandemia. O município está em declínio há 04 semanas, com uma média de 34 casos por dia, chegou-se a ter 300 casos/dia. Acredita que a conscientização da população sobre as questões formas de prevenção tem surtido efeito. Relata que também houve queda na taxa de ocupação nos leitos hospitalares. Com relação a óbitos, temos no momento 587, chegou-se a ter 11 óbitos por dia, hoje não chega a 1 óbito/dia, deixando a média móvel em 0.86 casos. No momento há 19 óbitos em investigação. Os dados são parciais, pois há uma mudança constante. Sr. Alex faz os devidos esclarecimentos sobre o fluxo de notificação. Aponta que no município há 16 mil pessoas em recuperação. Relata que há uma discussão sobre a questão da reinfecção, mas no país ainda não temos nenhum registro. Sr. Rodrigo relata que parece que estamos caminhando para a recuperação devido aos números apresentados e questiona sobre o caso de pessoas recuperadas se há alguma informação sobre o acompanhamento dessas pessoas sobre possíveis sequelas, para uma futura análise? Há alguma informação sobre a distribuição de óbitos pelos bairros do município? Sr. Alex informa que há o site "Santos Mapeada" que é possível realizar a consulta por bairro. Com relação as sequelas, dentro das UBS são feitos os acompanhamentos para os devidos encaminhamentos à Vigilância do Estado. Sr. Luiz Galvão questiona se há um percentual de crianças que vieram a óbito? Sr. Alex informa que só houve 01 caso de óbito em criança. Sra.

205206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218219

220221

222223

224225

226227

228229

230

231

232233

234

235

236237

238

239

240 241

242243

244 245

Tarciana questiona sobre a questão dos empregadores estarem exigindo atestado de apto ao trabalho, o que vem sobrecarregando o sistema de saúde? Sr. Alex aponta que o protocolo diz que pessoas assintomáticas com todos os cuidados, têm condições de continuar suas atividades. Casos sintomáticos, devem se afastar por 14 dias e após isso estão aptos a retomar suas atividades. Sra. Aurora questiona sobre a testagem dos profissionais de saúde? E Sr. Rodrigo amplia a questão para os profissionais da assistência social? Sr. Alex informa que a Saúde está elaborando um plano ação ampliação da testagem. Agradece o espaço seviep@santos.sp.gov.br e o telefone 3213-5146 a disposição para maiores esclarecimentos. Na sequencia, retomasse a pauta com a continuidade da apreciação e deliberação das revalidações. Sr. Leandro passa a apresentar a análise do processo de solicitação de REVALIDAÇÃO da oferta da Organização Social - ONG Sem Fronteiras: A solicitação em tela está embasada por meio da Resolução Normativa CNAS N.º 27, de 19 de setembro de 2011, que caracteriza as ações de assessoramento e defesa e garantia de direitos no âmbito da Assistência Social. De acordo com a Matriz de Caracterização, atende a atividade: 3 - Estímulo ao desenvolvimento integral sustentável das comunidades, cadeias organizativas, redes de empreendimentos e à geração de renda, cujo objetivo é: Favorecer a inserção no mundo do trabalho, por meio da identificação de potencialidades do território, desde o planejamento, estruturação, monitoramento e avaliação das ações de inclusão produtiva em âmbito local e da articulação com o sistema público do trabalho, emprego e renda; Potencializar o desenvolvimento do empreendedorismo e da capacidade de autogestão, na perspectiva da economia solidária. Tem por foco auxiliar a sociedade civil e poder público nas áreas da assistência social, educação, patrimônios científicos e culturais, promovendo cursos, pesquisas, formulação e execução de estudos, em busca de novas tecnologias voltadas para as áreas de reciclagem, minérios e metais raros, solos, rios e manguezais, agro indústria e agricultura, floresta. Visa proporcionar ações voltadas para a aquisição de conhecimentos e habilidades e desenvolvimento de potencialidades que contribuam para o alcance da autonomia pessoal e social dos usuários e facilite sua convivência familiar e comunitária. Público alvo: famílias e usuários em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, de forma a garantir seu direito de acesso ao mundo do trabalho, por meio da coleta de resíduos recicláveis. Meta de atendimento é de 60 pessoas, por meio das seguintes ações: Trocar experiências com os cooperados sobre a importância da preservação do meio ambiente, desde a coleta do lixo seletivo, a separação e a venda para a sua promoção pessoal e emancipação social; Orientar os colaboradores sobre os seus direitos; Encaminhamentos. Presente na reunião, Sra. Silvana, assistente social da Organização Social complementa as informações. Relata que a oferta trata-se do Projeto Recicla - Cooperativa. Atende pessoas em situação de rua, mas devido à pandemia e o recebimento do auxílio emergencial alguns cooperados se afastaram. Informa que estão passando por uma reorganização para avanças nas questões devidas. Sra. Marilda questiona quantas pessoas estão no projeto neste momento e como lidaram com a pandemia? Sra. Silvana esclarece que no momento a cerca de 20 cooperados e não tiveram nenhum caso de contaminação por COVID 19, pois tomaram todos os cuidados, sendo fornecido EPI para todos. Sra. Marilda questiona se há encaminhamento de algum serviço para o projeto? Sra. Silvana informa que houve encaminhamento de usuário do abrigo de emergência. Aponta que mantém contato com o CAPS devido o alto índice de uso de substâncias psicoativas. Sra. Marilda relata que

247

248

249

250

251

252

253

254

255

256

257

258

259

260261

262263

264

265

266267

268

269

270271

272

273

274275

276277

278279

280

281

282283

284285

286287

as pessoas preferem vender seu material direto ao ferro velho, a cooperativa não tem como concorrer com o ferro velho? Sra. Silvana esclarece que começaram a fazer essa experiência. Hoje o cooperado recebe quinzenalmente, mas começamos a realizar a compra externa também. Sr. Rodrigo questiona se há mais dúvidas a serem sanadas sobre a revalidação da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Na sequência Sr. Leandro apresenta a análise do processo de solicitação de REVALIDAÇÃO da inscrição da oferta da Organização Social - ASSOCIAÇÃO CASA DA CRIANÇA DE SANTOS: Tem por foco acolher e garantir a proteção integral à criança e ao adolescente em situação de risco psicossocial e de abandono; proporcionar atendimento singular a cada acolhido; preservar os vínculos com a família de origem, salvo em determinação judicial que contrarie; restabelecimento de vínculos familiares; favorecer o desenvolvimento de cada criança e adolescentes acolhido, garantindo o acesso à cultura, lazer, saúde esportes e vivências, relacionando-as aos desejos, demandas e possibilidades de cada um; inserção dos acolhidos em projeto socioeducativo e profissionalizantes; possibilitar o contato, direto ou indireto, entre os acolhidos e seus familiares; favorecer o contato dos acolhidos com temas emergentes do cotidiano; realizar visitas domiciliares ás casas das famílias dos acolhidos; articular os serviços intersetoriais e encaminhar as famílias para a rede de atendimento; acompanhamento das famílias após o desacolhimento seja ela a família de origem ou extensiva. A meta de atendimento será de 20 acolhidos, com atividades diversas. A equipe é composta por 01 coordenador; 01 assistente social; 01 psicólogo; 18 cuidadores (denominados atendente geral) e 01 motorista. Presente na reunião a Sra. Tânia, coordenadora do serviço complementa as informações. Sra. Marilda questiona quantos acolhidos há no momento e qual a idade destes e quando há o desacolhimento se é feito algum trabalho? Sra. Tânia esclarece que no momento estão com 10 acolhidos, mas é um número rotativo e que oscila. As idades são variadas. Quanto ao desacolhimento é feito o acompanhamento da família por 06 meses junto com a rede socioassistencial. Sra. Aurora questiona qual o tempo médio de acolhimento? Sra. Tânia esclarece que a média é de 1 ano e meio, mas também varia, dependendo do caso. Sra. Raquel questiona se há capacitação para os cuidadores? Sra. Tânia esclarece que a capacitação é realizada em parceria com a SEDS, gestoras das vagas de acolhimento, mas no momento está suspensa, a última ocorreu em 2018, mas há previsão de retomada. Sr. Rodrigo questiona se há mais dúvidas a serem sanadas sobre a revalidação da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Na sequência Sr. Leandro apresenta a análise do processo de solicitação de REVALIDAÇÃO da oferta da Organização Social - Lar Evangélico de Amparo à Velhice: Tem por foco acolher e garantir proteção integral. Promover atendimento multidisciplinar personalizado, pequenos grupos ou coletivos, favorecer melhoria de qualidade de vida, valorizar a autonomia conforme os perfis, respeitar a sua identidade, proporcionar moradia digna com ambiente coletivo de respeito; bem como a participação e estreitamento de laços de famílias e/ou pessoas de referência. Ampliar acesso aos serviços intersetoriais e órgãos de garantia de direitos. Oferecer atividades socioculturais. Incentivar participação dos serviços e comunidade na rotina da instituição. O público alvo é idoso com idade igual ou acima de 60 anos de idade, de ambos os sexos, que não dispõem de condições para permanecer com a família em decorrência de vivência de situação de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. A meta de atendimento é de 70 acolhidos. A equipe é composta por 01 assistente social; 01 psicólogo; 15

289290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302303

304 305

306307

308309

310

311

312

313314

315

316317

318319

320 321

322

323

324325

326327

328329

cuidadores de idosos; 07 auxiliares de limpeza; 02 cozinheiras; 03 auxiliares de cozinha; 01 motorista; 04 administrativos e demais profissionais não afetos a política de assistência social, mas que compõe o quadro de funcionários para execução do serviço proposto, tais como auxiliar e enfermagem; técnicos de enfermagem e nutricionista. Presente na reunião o Sr. Edson, administrador da Organização Social complementa as informações. Sra. Marilda questiona qual o número de idosos e como ficou o serviço com a questão da COVID-19? Sr. Edson esclarece que há 30 vagas, mas no momento há 28 idosos acolhidos. Quanto a pandemia, seguimos todos as normativas da SEVISA, mantendo 02 quartos para isolamento em caso de contaminação. Tivemos apenas 02 idosos com COVID-19 e foram seguidos todos os protocolos. Não houve nenhum óbito e seguimos em total vigilância. Sr. Rodrigo questiona se há mais dúvidas a serem sanadas sobre a revalidação da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Na sequência Sr. Leandro apresenta a análise do processo de solicitação de REVALIDAÇÃO de inscrição da Organização Social – Casa Vó Benedita: A solicitação em tela está embasada por meio da Resolução Normativa CNAS N.º 109 de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Especificamente para a execução do Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Acolhimento Institucional, modalidade Abrigo para Crianças e Adolescentes. Tem por foco atender crianças e adolescentes, encaminhados à instituição por meio da central de vagas organizada pela SEDS, devido determinação judicial de acolhimento pela Vara da Infância e Juventude. Visa proporcionar atendimento em regime residencial às crianças e adolescentes na faixa etária de 0 a 18 anos, respeitando seus direitos, conforme consta no ECA, direcionando a elas cuidados efetivos e preservando a casa com características de lar, trabalhando a família de origem para o retorno da criança ao lar, ou na impossibilidade deste último se concretizar, promover outros caminhos para o desligamento, como colocação em família substituta. A meta de atendimento será de 20 acolhidos. A equipe é composta por 01 coordenador; 01 assistente social; 01 psicólogo; 16 monitoras; 02 cozinheiras, 01 motorista, 02 serviços gerais e 02 ajudantes gerais. Presentes na reunião, a Sra. Roberta, coordenadora do serviço e a Sra. Karen, assistente social da Organização Social, complementam as informações. Sra. Marilda questiona quantos acolhidos há no momento e as idades e se há crianças acolhidas de mulheres em situação de rua? Sra. Roberta esclarece que no momento há 16 acolhidos de idades diversas e no momento não há nenhum acolhidos de mulheres em situação de rua. Sra. Marilda questiona como ficou a questão das visitas no período da pandemia? Sra. Roberta esclarece que retomaram as visitas em agosto, sendo duas famílias por semana. As visitas anteriormente ocorriam por vídeo-chamada para todas as famílias. Tivemos funcionários contaminados com COVID-19 e 03 crianças com suspeita, sem confirmação. Sra. Aurora questiona qual o tempo médio de acolhimento? Sra. Roberta relata que em média é de 1 ano e meio. Sr. Rodrigo questiona se há mais dúvidas a serem sanadas sobre a revalidação da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Na sequência passa-se para o próximo item de pauta. 3. Apreciação e deliberação do registro da oferta de serviço da Organização Social Centro Espírita e de Caridade Dr. Luiz Monteiro de Barros: Sr. Rodrigo solicita que o Sr. Leandro faça a apresentação da **análise do processo de solicitação de <u>INSCRIÇÃO</u> da oferta da** Organização Social – CENTRO ESPÍRITA E DE CARIDADE DR. LUIZ MONTEIRO DE BARROS: Serviço de Acolhimento Institucional – Modalidade Republica de Idosos: Tem por foco garantir ao idoso em situação de vulnerabilidade econômica e/ou social o acesso à moradia com qualidade,

331 332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344345

346347

348

349

350

351

352

353

354

355

356357

358359

360 361

362363

364

365

366367

368369

370371

preservando a autonomia, a individualidade e liberdade. Proporcionar convívio harmonioso entre os moradores; realizar atendimento individual; criar rede de apoio ao idoso na área de saúde, social e cultural; assegurar acompanhamentos bem como auxiliar em agendamentos na área de saúde, quando necessário; assegurar espaço de referência para o convívio grupal onde possam ser desenvolvidas relações de afetividade e solidariedade; propiciar vivências que valorizem as experiências dos moradores a capacidade de escolher e decidir e realizar oficinas culturais. O público alvo é idoso com idade igual ou acima de 60 anos de idade, de ambos os sexos, em vulnerabilidade e risco pessoal e/ou social, com vínculos familiares extremamente fragilizados ou rompidos e sem condições de moradia e autossustentação. A meta de atendimento será de 11 acolhidos. Os candidatos as vagas são encaminhados por meio dos serviços socioassistenciais, públicos e privados e/ou por demanda espontânea. A equipe é composta por 01 assistente social; 01 psicólogo; 01 cozinheira; 01 auxiliar de limpeza e 01 administrador. São desenvolvidas as seguintes atividades com o público alvo: assembleias; escuta e acolhida ao morador visando fornecer apoio, auxílio e orientação, respeitando os limites e individualidade de cada um; acompanhamento em consultas e exames; comemoração de aniversariantes e festas temáticas; realização de rodas de conversas; sessão de filme, vídeos e/ou discussão de textos. Presente na reunião a Sra. Celiana, psicóloga do serviço complementa as informações. Sra. Barbara relata que o plano de ação diz que os encaminhamentos preferencialmente serão feitos pelo CREAS. Sendo assim, questiona se há articulação e fluxo já estabelecido com esse serviço? Sra. Celiana esclarece que no momento há 04 vagas disponíveis, mas devido à pandemia no momento não há novas inserções, mas 03 vagas preenchidas foram por meio de encaminhamento do CREAS. Sra. Aline informa que no público alvo deveria ser incluído o Centro Pop para construção do fluxo, pois atende idosos que se encontram em situação de rua. Sra. Celiana esclarece que para o serviço aqui proposto há um público específico, mesmo sendo idosos não contempla os moradores de rua. Sr. Rodrigo lembra que há na Tipificação serviço de república exclusivo para a população em situação de rua e que não é o caso aqui. Sra. Marilda aponta que a Organização Social poderia rever esse posicionamento com relação à população em situação de rua. Há usuários que sim, seria pertinente a inclusão no serviço. Sr. Rodrigo questiona se há mais dúvidas a serem sanadas sobre a revalidação da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Na continuidade passa ao próximo item da pauta. 4. Apreciação e Deliberação do pedido de suspensão da inscrição de oferta de serviço da Organização Social Centro Espírita e de Caridade Dr. Luiz Monteiro de Barros: Sr. Rodrigo faz a explicação, que este item de pauta deveria ter sido apreciado na AGO de Julho, mas devido a problemas técnicos não se conseguiu concluir a pauta. Trata-se de solicitação da própria Organização Social, que enviou ofício ao CMAS justificando que devido à pandemia se viu obrigada a encerrar as atividades do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, e como não há uma previsão de retomada, não tendo como fazer seu plano de ação para 2020 atendendo as prerrogativas de revalidação, acharam por bem solicitar a suspensão e reavaliar a retomada do serviço em 2021. Sr. Rodrigo questiona se há dúvidas a serem sanadas sobre a suspensão da oferta e como não há dúvidas a mesma é a aprovada. Passe-se ao próximo item de pauta. 5. Informes do CMAS: Relato do GT POP-RUA: Sra. Marilda convida a todos para a próxima reunião que ocorrerá dia 24/09 às 14h. Relato da comissão de finanças: Sra. Marilda informa que foi feita a discussão sobre o Orçamento 2021 – PLOA, pois conforme prerrogativa este conselho

373374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386 387

388 389

390 391

392393

394

395

396397

398

399

400 401

402 403

404

405

406

407

408 409

410411

412413

deveria deliberar sobre o mesmo. Lembra que há propostas de conferência que deveriam ser inseridas no orçamento. Contudo o conselho foi surpreendido com o PLOA com um orçamento para a Assistência Social menor que neste ano. O que será um orçamento complicado para a assistência social conseguir executar suas ações. Em 2021 haverá uma demanda grande para esta política. Em reunião da Diretoria Executiva deliberou-se por uma Resolução Normativa que solicita a recomposição do orçamento, pois com o orçamento menor não teremos como dar conta de problemas mínimos. Sra. Marilda registra que não tivemos nenhuma devolutiva da gestão sobre a solicitação do conselho, apenas alguns vereadores se manifestaram favorável. Sr. Rodrigo complementa que em relação a elaboração da Resolução Normativa pela Diretoria Executiva, esta se baseou sobre o parecer da comissão de finanças e se reuniram de forma extraordinária para estava aberta a consulta pública para a PLOA e fazia-se necessário uma manifestação dentro do prazo. Sra. Aurora aponta que a redução no orçamento é notória que isso vai prejudicar a execução dos serviços. E enquanto representante do FORT-SUAS também encaminharam manifestação a todos os órgãos afetos, sobre a extrema urgência de recomposição do orçamento. Estamos levando para todos os espaços essa questão. Sr. Rodrigo aponta que como o Conselho se manifestou dentro do prazo da consulta pública esperamos uma resposta para discussão neste conselho. Relato da comissão de política: Sr. Rodrigo informa que já foi feito quando da apresentação dos itens 2 e 3 da pauta. Relato da comissão de legislação: Sra. Marilda relata que se discutiram as propostas da última conferência. Relato da comissão da Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família: Sr. Rodrigo informa que está sendo feita as tratativas para a impressão de 1500 cópias da 3ª edição do Boletim do Programa Bolsa Família. Indicação de representante do CMAS para o Rede Família: Sr. Rodrigo informa que conforme solicitado em AGO anterior verificou-se que as reuniões do Rede Família acontecem mensalmente, mas estão suspensas, sendo assim, como não se trata de algo emergencial no momento não iremos fazer a indicação de representante deste conselho. Núcleo Municipal de Educação Permanente do SUAS: Sr. Rodrigo informa que o Núcleo de Educação Permanente (NEP) que o conselho já fez sua indicação para compor o núcleo e que me breve haverá reunião. Sra. Aurora manifesta sua preocupação com a falta de indicação de trabalhador da rede indireta para compor o núcleo. Sr. Rodrigo concorda e lembra que o prazo para as indicações era até o dia primeiro de setembro, contudo acredita que a Gestão pode fazer a reabertura por meio da SECAFUR para indicação dos trabalhadores da rede indireta. Na continuidade passe para o próximo item da pauta. 6. Informes do Gestor: Sr. Rodrigo informa que foram repassadas ao município 05 parcelas atrasadas do FNAS, com referencia dos meses de março a agosto de todos os serviços. Acredita que isso trará alguns prejuízos na operacionalização. Lembra que este conselho já havia se manifestado a sua preocupação com a dificuldade para a operacionalização financeira, visto os repasses em atraso. 7. Assuntos Gerais: Sra. Luciléia questiona sobre a reunião que havia ficado de ser marcada com a COHAB para discutir a questão do auxílio moradia das famílias do "mangue seco". Sr. Rodrigo informa que a conselheira representando a COHAB está presente e ela pode responder qual o melhor canal para atender a essa demanda. Sra. Fernanda Muniz informa que irá verificar uma data junto com a gerente da COHAB para a reunião. Sra. Aurora solicita que os demais conselheiros que estão em representatividade em outros conselhos, levem a questão do orçamento para conhecimento dos demais conselhos. Sra. Fernanda Souza informa que levou a

415416

417

418

419

420

421

422

423

424

425

426

427

428 429

430 431

432 433

434435

436 437

438

439 440

441

442443

444445

446447

448

449

450451

452453

454455

465	Presidente - CMAS	Secretário Executivo – CMAS
464	Rodrigo Salvador Lachi	Leandro Lapetina Freire
463		
462		
461		
460	tratar a assembleia foi encerrado às 12h25.	
459	hoje e irá discutir essa pauta, convida a todos para participarem. Não havendo mais assuntos a	
458	manifestação. Sra. Marilda informa que o Conselho Municipal do Usuário irá se reunir na data de	
457	discussão para conhecimento do	CMDCA e que o referido conselho se pronunciará em uma